

Para Sarney, pacto é essencial

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O combate à inflação é a tarefa prioritária do governo em 1986, conforme deixou claro o presidente José Sarney na mensagem que enviou ontem ao Congresso Nacional. E a estratégia está delineada: contenção do déficit público, o pacto social e a efetiva política de abastecimento são as bases.

Segundo Sarney, o reequilíbrio orçamentário este ano será assegurado pelo corte do dispêndio público; pelo aumento da receita tributária. "Reduções drásticas estão sendo feitas nas despesas financeiras — exemplo da queda das taxas de juros, que promoverá economia de C\$ 35 trilhões —, nas folhas de pagamento da administração direta e indireta e nos gastos com serviços contratados pelo setor público: o aumento da arrecadação resultará na elevação da carga tributária incidente sobre lucros e ganhos de capital, preservando-se os rendimentos do trabalho".

A mensagem presidencial deixa claro que a celebração de um amplo pacto social é fundamental para o rompimento do círculo vicioso da inflação inercial, que força o aumento de salários como decorrência direta dos aumentos de preços. O presidente alinha, então, três premissas básicas que fundamentam o acordo.

A primeira é o rigoroso cumprimento das metas previstas no programa de mudanças aprovado pelo Congresso em novembro do ano passado, que assegura a redução do déficit operacional do setor público, exigindo que a fixação de tarifas e de preços administrados pelo governo seja feita de forma realista, sem ataxos em relação à inflação. Em segundo lugar, ele afirma que novos sacrifícios não serão impostos ao trabalhador, assumindo o compromisso de dar progressiva e segura elevação aos salários, de modo particular ao salário mínimo. A terceira premissa refere-se aos reajustes de preços do setor privado que serão, no máximo, iguais às variações efetivamente ocorridas nos custos.

Outra estratégia de combate à inflação em 86 é a política de abastecimento, fundamentada no programa de importação de alimentos, para garantir a continuidade do abastecimento interno, no entender do presidente Sarney o melhor remédio contra a especulação. "Estabelecido o controle da inflação — diz Sarney —, a economia brasileira pode e deve crescer no mínimo 6% ao ano, garantindo o processo de superação do desemprego e da pobreza".

Para Sarney, existem condições efetivas para sustentar o crescimento experimentado em 1985: em primeiro lugar, a majoração dos salários permitida pelo aumento da produtividade garante a expansão do consumo interno. A queda continuada das taxas de juros, assegurada pelo reequilíbrio orçamentário do setor público, sustentará a demanda por bens de consumo duráveis e de capital. O crescimento dos investimentos ocorrerá graças à concessão de incentivos fiscais à depreciação acelerada do capital fixo, previstos no programa de mudanças. O programa de investimentos públicos dá prioridade aos setores de Energia, Transportes, Mineração e Comunicações, para garantir infraestrutura e insumos básicos necessários à retomada dos investimentos privados e para evitar pontos de estrangulamento ao longo do processo.

A parte econômica da mensagem do presidente Sarney começa por enumerar os êxitos obtidos em 1985: crescimento da economia em 8%; criação de 1,5 milhão de novos em-

pregos, com a indústria registrando um aumento de 5,5%; aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores em 12%; melhoria das condições de bem-estar da população; êxito nas contas externas, com um saldo comercial de 12,5 bilhões de dólares, apesar das adversidades dos preços internacionais dos produtos primários em função da desaceleração da economia mundial; busca do reequilíbrio das contas do governo para conter o déficit público sem comprometer a justiça social, o que fez com que ele crescesse praticamente à mesma taxa do PIB.

Quando trata da inflação em 1985, Sarney já dá uma clara indicação de que não se limitará, em 1986, a adotar o mesmo tratamento que deu no ano passado: "De forma alguma o governo da Nova República se conforma com a persistência nos níveis atuais da inflação. A unificação dos índices, o controle do déficit e a redução das taxas de juros constituem, na verdade, etapa preliminar de programa de erradicação do processo inflacionário. Além disso, os efeitos dessas medidas seriam prontamente visíveis não fosse a inclemência com que fomos atingidos pelas secas nas principais regiões produtoras do País, fato que se agrava pela inexistência de estoques reguladores em níveis adequados".

Sarney justifica, em seguida, o tratamento dado à questão da dívida externa, e o relacionamento que o governo da Nova República procurou ter com os bancos internacionais credores para o reescalonamento das amortizações com vencimento em 1985-1991. Em substituição ao acordo proposto pelos bancos internacionais foram negociados acordos interinos para as amortizações a vencer, e acordo de prorrogação para as linhas interbancárias e comerciais. No que diz respeito ao Fundo Monetário Internacional (FMI), resolveu não negociar programa na forma STAND BY, pois isto exigiria ajustamento recessivo da economia.

Em linhas gerais, a solução duradoura para o problema da dívida externa preconizada pelo governo da Nova República leva em conta as seguintes diretrizes: precedência do equacionamento de questões internas sobre questões externas; prioridade absoluta para o crescimento econômico com orientação social; recusa definitiva da recessão como instrumento de reequilíbrio dos pagamentos internacionais; definição do problema da dívida externa como questão política, sendo o ônus do ajuste compartilhado equanimemente entre o Brasil e seus credores; finalmente, o povo brasileiro não será sacrificado para contrabalançar as complicações econômicas resultantes da descoordenação das políticas macroeconômicas dos países industrializados.

O presidente José Sarney encerrou sua fala econômica afirmando que é preciso "definir e delimitar" com clareza as funções do Estado: "Serão privatizados todos os empreendimentos que correspondam a uma ingerência espúria do setor público", diz o presidente. "O programa de privatização", continua, "prevê para este ano transferência para a iniciativa privada de 14 empresas, processo que deverá obedecer rigorosamente a procedimento e prazos fixados pelo Decreto 91.992, de 28 de novembro de 1985. As empresas que permanecerem sob controle do Estado deverão adotar novos métodos de gerência, que as tornem mais eficientes e garantam plena austeridade no uso dos recursos públicos. Empresários privados nacionais integrarão seus conselhos de administração — importante inovação, que contribuirá para maior eficiência operacional e controle rigoroso de seu desempenho."